

ATA DA 138ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, realizou-se a 138ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Josué Costa Valadão (SMOBI), Claudius Vinícius Leite Pereira (URBEL), Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Marta Alves Larcher (MPMG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Fabiano Geraldo Álvares da Silva (Floleste), Laura Fusaro Camey (CMSBH), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA), Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Weber Coutinho (ABES-MG) e Rosilene Guedes Souza (CAU-MG).

Ausências justificadas: Lúcia Maria Miana (SMSA) e Fabiana Lopes Del Rei Passos (UFMG).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, registrando o quórum, informou os pontos de pauta da reunião: apresentação pela SUDECAP, em atendimento a demanda do MPMG: “Intervenções de macrodrenagem previstas para a região de confluência do Córrego Cachoeirinha e Ribeirão Pampulha” e apresentação conjunta pela SUPDEC e URBEL, em atendimento à demanda do MPMG: “Gestão de riscos e desastres: ações preventivas nos bairros Primeiro de Maio, São Gabriel e Suzana”.

A palavra foi repassada ao engenheiro e representante da SUDECAP, Leandro Cupertino, que procedeu a apresentação do primeiro ponto de pauta. O palestrante apresentou o projeto de intervenções em macrodrenagem no Ribeirão Pampulha, Córrego Cachoeirinha (confluência) e no Ribeirão Onça. As obras serão executadas em 03 (três) etapas: 1) Implantação do canal paralelo do Ribeirão do Onça – obra em andamento com previsão de conclusão para 2º semestre de 2022; 2) Praça das Águas Ribeirão Pampulha – a ser implantada na confluência com o Córrego Cachoeirinha, o projeto encontra-se concluído e o início das obras está previsto para o 1º semestre de 2022; 3) Implantação do canal paralelo do Ribeirão Pampulha – o projeto encontra-se concluído e o início das obras está previsto para o 2º semestre de 2022.

A palavra foi então repassada ao engenheiro e Gerente de Manutenção da SUDECAP, Marcelo Lovalho, que apresentou os serviços e obras de manutenção das redes de micro e macrodrenagem dos Ribeirões Pampulha e Onça. Devido à inundação ocorrida no início do ano de 2021, a SUDECAP foi acionada para investigar as possíveis causas da referida inundação na região do bairro Primeiro de Maio. Inicialmente, procedeu-se a uma investigação das redes de macrodrenagem e verificou-se que as galerias se encontram em perfeito estado de conservação e não estavam obstruídas. Entretanto, percebeu-se que cerca de 60% das redes de microdrenagem encontram-se obstruídas ou com caminhamentos inadequados. Outro problema verificado é a galeria que passa pela vila União, com lançamento no Ribeirão do Onça. Através da filmagem feita no local, percebeu-se que o teto de cobertura da estrutura está comprometido, tendo sido verificados desmoronamentos do mesmo no último período chuvoso, que afetou moradias que foram edificadas sobre a galeria. Trata-se de uma obra prioritária que será executada com o apoio da Urbel em relação às ações junto às famílias que estão sendo notificadas e serão retiradas do local, de acordo com o projeto elaborado. O canal será recuperado e mantido a céu aberto, com proteção lateral para evitar nova ocupação do local. A previsão de indenização das famílias é para o segundo semestre de 2021. Posteriormente, as moradias serão demolidas e com o trecho limpo, será retirada a laje superior da galeria, sendo liberado um trecho de 15m de cada lado do canal. Serão executados proteção das margens e um isolamento físico, com possível implantação de gradeamento sobre o canal para proteção contra lançamento de resíduos e segurança da população. Sobre as redes de microdrenagem obstruídas, o processo de manutenção e limpeza está sendo realizado e algumas redes já estão em serviço. O palestrante informou ainda a necessidade de discussão com a COPASA sobre uma questão de lançamentos irregulares de esgoto na rede de drenagem na Rua Oscar Lobo Pereira, local em que também verificou-se lançamento de água pluvial na rede de esgoto.

Encerrada a apresentação da SUDECAP, passou-se à apresentação do segundo ponto de pauta, sendo a palavra repassada ao Subsecretário de Proteção e Defesa Civil de Belo Horizonte, Coronel Waldir Figueiredo, que fez sua saudação em nome da Defesa Civil. Posteriormente, a palavra foi repassada ao representante da SUPDEC, Sr. Ademilton Araújo, que procedeu a apresentação. Inicialmente, o palestrante

definiu risco como sendo a probabilidade de ocorrência de um evento adverso que cause danos e prejuízos. Para o caso de inundações, explicou que não existe risco zero, pois não há como eliminar a ameaça que seria a ocorrência de chuva, que eventualmente pode superar a “chuva de projeto”, mas é possível mitigar o risco através de instrumentos e ações de gestão. Sobre o conceito de desastre, este foi definido como o risco consolidado, ou seja, resultado de eventos adversos que causam danos e prejuízos. Definiu-se, ainda, Defesa Civil como sendo um conjunto de ações preventivas destinadas a evitar ou minimizar os efeitos de desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. A atuação é sistêmica e abrange a sociedade civil e vários órgãos do Estado e da Prefeitura que trabalham juntos.

Passou-se, então à apresentação das ações específicas realizadas na região dos bairros Primeiro de Maio, São Gabriel e Suzana. O local abrange a confluência do Córrego Cachoeirinha e Ribeirão Pampulha. A primeira ação que tem sido feita pela Defesa Civil no local é de orientar os moradores a procurarem ajuda do órgão, através do número 199 em qualquer sinal de risco. A segunda ação é o monitoramento do serviço hidrometeorológico e a emissão de alertas precoces sobre a possibilidade de chuvas. A terceira ação é o envio de alertas de risco aos moradores através de mensagens de texto (SMS) e também pela plataforma 40199. A quarta ação é a emissão de alertas através dos canais das redes sociais da Defesa Civil. A quinta ação é o treinamento das lideranças e voluntários dos Núcleos de Alerta de Chuvas – NAC. A sexta ação é a implantação de bloqueios físicos e virtuais de vias passíveis de inundação, para evitar desastres. A sétima é o cadastro de famílias atingidas para concessão de benefícios fiscais e assistenciais. Foram atendidas mais de 500 famílias na região dos bairros Primeiro de Maio, Suzana e São Gabriel com este benefício. A oitava é a doação de materiais de assistência humanitária: marmiteix, cestas básicas, colchões e cobertores. Foram distribuídos 1720 itens aos moradores da região atingida pelo evento. A nona ação é o estabelecimento de parcerias comunitárias. Especificamente para a região, foi estabelecida parceria com a Paróquia Todos os Santos e o Grupo de Desenvolvimento Comunitário. Também foi implantado no local um Posto de Comando fixo para atendimento imediato aos moradores. A décima ação é a parceria com instituições locais para instruir as pessoas sobre a necessidade de se proteger. O Projeto Defesa Civil nas Escolas já atendeu mais de 13 mil alunos.

A palavra foi então repassada à Supervisora de Gestão Comunitária da URBEL, Alice Uzeda que abordou a atuação do NAC nos bairros Primeiro de Maio e Suzana. O trabalho de implantação dos NAC teve início no ano de 2009. São moradores das áreas de mancha de inundação que atuam como agentes de alerta junto aos vizinhos. Em 2020 foram registrados 488 agentes em 46 NAC no Município. Junto à comunidade, foram compartilhadas experiências e realizados eventos de capacitação, que compreendem inclusive a elaboração da “mancha falada” de inundação com a comunidade. Anualmente são realizadas vistorias conjuntas para preparar as comunidades para o período chuvoso, são instaladas faixas de alerta com os números de telefone para o caso de risco e são realizados treinamentos de prevenção com a comunidade, que compreendem oficina básica de primeiros socorros, oficina de nós e amarrações, oficinas de desabamento de moradias, oficinas de veículos e enchentes e oficinas de lançamento de cordas. Durante o ano de 2020, devido à pandemia, as capacitações foram virtuais. Especificamente sobre o NAC Primeiro de Maio, em 2021 foram realizadas reuniões de capacitação e apresentação do projeto de manutenção da galeria.

As novas propostas de trabalho abrangem a discussão do Plano de Contingência Específico e preparação do exercício simulado de evacuação preventiva, treinamento dos voluntários do NAC para apoiarem no levantamento rápido de imóveis atingidos, gerando uma resposta mais ágil, além de consolidar o conceito de autoproteção e a cultura de prevenção de riscos e desastres, através de treinamentos da comunidade.

Encerrada a apresentação, franqueou-se a palavra aos presentes.

A promotora de justiça, Dra. Luciana Ribeiro, explicou que a motivação da pauta se justifica pela solicitação de informações feita pela promotora de direitos humanos, Dra. Cláudia Amaral, à promotoria de habitação e urbanismo, devido à questão das enchentes e problemas na infraestrutura de drenagem pluvial da região do entorno dos bairros Primeiro de Maio, Suzana e São Gabriel. Agradeceu pela oportunidade e parabenizou pelas apresentações.

A promotora de justiça Dra. Cláudia Amaral solicitou explicações sobre a informação de 60% de redes de microdrenagem obstruídas na região do desastre e questionou se é realizada uma avaliação continuada do sistema de drenagem ou se a mesma foi realizada apenas por causa do ocorrido. Perguntou, ainda, sobre a atualização das manchas de inundação no Município de Belo Horizonte.

O engenheiro Marcelo Lovalho explicou que existe uma manutenção periódica das redes através das Administrações Regionais da PBH, mas este diagnóstico específico e mais detalhado foi feito por causa do

evento de inundação. Em relação às manchas de inundação, o conselheiro Ricardo Aroeira explicou sobre a existência da Carta de Inundações do Município de Belo Horizonte, que se configura como um importante instrumento de macroplanejamento. Explicou, ainda, que para cada área em que são elaborados projetos de macrodrenagem, os estudos da Carta de Inundações são refinados, de forma a permitir um diagnóstico mais preciso e o consequente detalhamento destes projetos. Além disso, são utilizadas as “manchas faladas” elaboradas em conjunto com os NAC. Do ponto de vista da caracterização das manchas de inundação, o Município de Belo Horizonte dispõe de diversos estudos e projetos desenvolvidos e em desenvolvimento (Bacia do Ribeirão Arrudas, Ribeirão Isidoro e Bacias do Cachoeirinha, Pampulha e Onça), voltados para a mitigação do risco de inundação.

A conselheira e representante do MPMG, Dra. Marta Larcher, ressaltou a problemática da ocupação de áreas inadequadas e a importância da conscientização do descarte adequado dos resíduos. Abordou, ainda, a questão apresentada pelo engenheiro Marcelo Lovalho sobre as falhas de concepção e execução dos projetos, que geram desperdício de recursos públicos em obras que não geram os efeitos previstos.

O conselheiro Ricardo Aroeira justificou que o trabalho de conscientização vem sendo feito e depende da colaboração de toda sociedade. Quanto à elaboração dos projetos, explicou-se que existem projetos que foram elaborados há cerca de 50 anos, com o melhor conhecimento da época e tal conhecimento vem sendo aprimorado ao longo dos anos e o compromisso da PBH é de elaborar projetos com a melhor técnica e o melhor saber, com apoio, inclusive, da Universidade Federal de Minas Gerais, de forma a garantir atualidade tecnológica e buscar a formulação de projetos adequados e que venham ao encontro das demandas do Município.

O conselheiro e especialista Rogério Siqueira comentou sobre a existência de uma linha de crédito na área de resíduos sólidos e sugeriu ao Município que avalie a possibilidade de financiamento para execução de seus projetos.

A conselheira e representante do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Laura Fusaro perguntou sobre as ações voltadas aos portadores de necessidades especiais.

O representante da SUPDEC, Ademilton Araújo, explicou que além dos portadores de necessidades especiais, a Defesa Civil tem um cuidado especial também com crianças, adolescentes, idosos e pessoas com mobilidade reduzida, treinando voluntários que cuidem especificamente de pessoas desse grupo especial. Além disso, são treinados parceiros setoriais, como assistentes sociais dos CRAS e profissionais de saúde, sendo que a comunidade ainda conta com a ajuda dos técnicos sociais da Urbel.

A representante da sociedade civil, Núbia Botelho, moradora da região do bairro Primeiro de Maio há 30 anos, questionou sobre a possibilidade de baixar o nível da água da Lagoa da Pampulha para amenizar os efeitos dos eventos de inundação na região. Questionou, ainda, se apenas os moradores da Rua A serão removidos ou se o processo de remoção vai atingir mais famílias. Pediu informações sobre a localização da galeria a ser construída e informou que os eventos de inundação foram agravados após o tamponamento do “vertedouro” no bairro São Gabriel, obra realizada para execução da Linha Verde. Questionou ainda as informações em relação ao NAC, alegando que os treinamentos não estão sendo realizados e que a iniciativa de mobilização parte da própria comunidade. Denunciou a falta de assistência social aos portadores de necessidades especiais e falta de serviços de manutenção e limpeza. Perguntou sobre a previsão de entrega das obras ou a possibilidade de remoção das famílias das áreas mais atingidas.

A Supervisora de Gestão Comunitária da URBEL, Alice Uzeda enfatizou que o relato da moradora traduz o desafio vivido pelo NAC ao enfrentar um evento para o qual se pode preparar, mas que não se pode prever a sua exata magnitude. Relatou que o trabalho realizado com os NAC é de parceria, sem a intenção de transferir a responsabilidade para a comunidade.

O representante da SUPDEC Ademilton Araújo acolheu as críticas e parabenizou a moradora pelo excelente trabalho desenvolvido junto à comunidade. Em relação às reuniões, explicou a dinâmica de como são realizadas, lembrando que são abertos momentos de discussão para participação dos moradores. Sobre a atuação do CRAS, se comprometeu a convidá-los para participar de uma próxima reunião e esclarecer como o trabalho de assistência social que tem sido realizado.

Sobre a galeria, o engenheiro da SUDECAP, Marcelo Lovalho explicou que a esta será implantada paralelamente ao córrego, que uma das etapas de obras encontra-se em execução e as demais estão previstas para o próximo ano. Sobre a Lagoa da Pampulha, o engenheiro explicou que há um Plano de Segurança elaborado para a Barragem e que há um limite para o rebaixamento de seu nível. Caso o nível seja rebaixado além desse limite, podem ocorrer desmoronamentos das margens, o que poderia provocar a necessidade de realização de obras estruturantes.

O conselheiro Ricardo Aroeira informou que, caso não houvesse a Lagoa da Pampulha, as inundações no Ribeirão Pampulha e no Ribeirão do Onça seriam muito mais frequentes, pois ela exerce um papel de proteção a jusante. Entretanto, a variação do nível não tem eficiência compatível com o aumento da segurança que ela promove, por isso são necessárias as obras que estão em execução e aquelas que ainda serão iniciadas: aumento da calha do Ribeirão Pampulha, ampliação da calha do Ribeirão do Onça, intervenções no Córrego Cachoeirinha. Esclareceu ainda que, de fato, o conjunto de providências enumeradas nesta reunião pretende aumentar o nível de resiliência no local.

A conselheira e representante do CAU-MG, Rosilene Guedes, sugeriu ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Josué Valadão que agendasse uma reunião com a moradora da comunidade, Núbia Botelho, para conhecer melhor a realidade local e se disponibilizou a participar. Questionou ainda as providências que serão tomadas com as moradias localizadas na faixa lateral de 15 metros do córrego.

O engenheiro Marcelo Lovalho explicou que as moradias localizadas nessa área de 15 m para cada lado do córrego a partir do eixo lateral serão indenizadas, sendo o trecho isolado e a galeria, que passará a ser a céu aberto, será protegida através da implantação de grades.

A Supervisora de Gestão Comunitária da Urbel, Alice Uzeda informou que quando ocorreu o evento, foram tomadas providências imediatas, inclusive de ordem pecuniária, para atendimento às famílias que estavam em risco. Esclareceu ainda que foi feita a selagem de 54 moradias que já foram cadastradas e que estão sendo verificados documentos e que foi providenciado o trabalho de cadastro das benfeitorias. O próximo passo é apresentar a avaliação às famílias e completar o processo de negociação. A previsão de conclusão das indenizações é até agosto de 2021.

O Sr. Deivson Marcos, representante da comunidade, informou que a mesma instituiu uma comissão para acompanhar as tratativas sobre as enchentes. Relatou que a comissão tem muita dificuldade de acessar informações. Solicitou que a comissão possa acompanhar, como agente fiscalizador, a execução das obras. Solicitou também, acesso facilitado ao CRAS e à Regional Norte para facilitar a interação e atendimento às demandas dos moradores. Solicitou que o NAC revise sua proposta de interação com os voluntários. Reforçou a necessidade de diálogo com a comunidade e o desejo dos moradores de serem incluídos nas discussões.

O conselheiro e representante da Associação de Moradores Floleste, Sr. Fabiano Alvares, ressaltou a importância dos investimentos em gestão de resíduos sólidos e o apoio às Cooperativas de Catadores.

O Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura e presidente do COMUSA, Josué Valadão, informou aos moradores que o principal canal de atendimento deve ser o Coordenador Regional, pois ele tem a função de atendimento à comunidade e de trazer os problemas aos órgãos específicos da Administração Municipal. O Secretário sugeriu ainda, que seja utilizado o canal do CRTT que trata de assuntos de transporte e mobilidade, cuja agenda de reuniões é publicada no site da BHTrans. Outro importante canal de comunicação são as reuniões do Orçamento Participativo – OP. O Secretário Josué Valadão colocou ainda, a SMOBI à disposição para atendimento e salientou a importância de se utilizar também as reuniões do COMUSA como canal de comunicação. Sobre o direito à moradia, o Secretário abordou o déficit habitacional enfrentado no Município, em que as pessoas veem como opção a ocupação de áreas de risco. Lembrou que a política habitacional prevê a realocação da família através do Programa Minha Casa Minha Vida, que foi extinto e que o Município acaba tendo que arcar com o ônus. A política habitacional vem sendo discutida, inclusive abordando a compra compartilhada de uma nova moradia e o lote urbanizado para autoconstrução, dentre outras possibilidades. Sobre a questão dos resíduos, o Secretário abordou a problemática da coleta seletiva e da coleta regular em áreas de vilas e favelas que, muitas vezes, são locais de altas declividades, que os caminhões não conseguem atender e, em eventos chuvosos, os resíduos são carregados para os córregos. Abordou ainda a necessidade constante de aprimoramento das obras e projetos no Município. Lembrou que existem 472 km de redes de drenagem no município que passam por constante manutenção e que o Município conta com o apoio inclusive da Universidade para avaliação do seu sistema.

A conselheira e representante da SLU, Patrícia de Castro, informou que está analisando a possibilidade de conseguir financiamento junto ao Governo federal, conforme sugerido pelo conselheiro Rogério Siqueira.

Como encaminhamento, o Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira solicitou o agendamento de uma reunião com a participação do maior número de representantes possível da comunidade e de representantes da Urbel, Defesa Civil e SUDECAP, no prazo mais curto possível, para que sejam aprimorados os canais de comunicação e se garanta a informação mais atual e precisa possível

sobre as intervenções previstas para a região em questão. A partir dessa primeira reunião, Ricardo Aroeira sugeriu ainda que seja estabelecida uma periodicidade para a realização de outras reuniões.

A representante da sociedade civil, Sra. Núbia Botelho, sugeriu que a reunião seja presencial na Escola Hilton Rocha, com convocação de toda a comunidade.

O Conselheiro Ricardo Aroeira solicitou à Urbel, na pessoa de Alice Uzeda, que se agendasse a reunião e que seja comunicado à Secretaria Executiva do COMUSA sobre a data prevista e os encaminhamentos acordados na mesma.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.